

Nome do GT: GT-08 - Desenvolvimento e Conflitos socioambientais.

Coordenadores: Dra Aline Trigueiro e Dra Winifred Knox

**INTERPRETANDO O DESENVOLVIMENTO EM UBÚ E
PARATI: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO, O
SENTIDO E A OPERAÇÃO DO PLANEJAMENTO (DAS
ELITES POLÍTICAS E ECONÔMICAS) PARA O FUTURO.**

Gustavo Rovetta Pereira¹

¹ UFES; E-mail: gustavorpcso@yahoo.com.br

Este texto foi desenvolvido a partir da pesquisa de inspiração etnográfica que originou a dissertação de mestrado em ciências sociais, defendida na Universidade Federal do Espírito Santo, denominada “Produção da cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das comunidades vizinhas de Ubú e Parati no litoral do Espírito Santo”(PEREIRA, 2014), que focou-se em investigar o processo de construção da pesca artesanal nas comunidades vizinhas de Ubú e Parati no município de Anchieta no estado do Espírito Santo, em relação a um contexto socioambiental característico a gama de relações que os grupos sociais de pescadores artesanais estão sujeitos no passar do cotidiano da atividade da pesca.

Das circunstâncias socioambientais que envolvem a construção da cultura da pesca artesanal em Ubú e Parati, será construída neste texto, uma interpretação no âmbito da teoria social sobre os processos sociais de implantação de grandes estruturas industriais, que são chamados pelos seus incentivadores e mobilizadores como “progresso” e “desenvolvimento” e também será demonstrado um estudo de caso sobre como alguns desses processos que podem ser classificados sob tal conceituação, dirigiram-se ao município de Anchieta e conseqüentemente aos espaços da pesca artesanal de Ubú e Parati.

A racionalidade desenvolvimentista: uma interpretação teórica dos valores e dos processos sociais que permeiam a sua formulação e modo de operar.

Antes de abordar a relação entre as diferentes iniciativas ligadas diretamente à industrialização com os pescadores artesanais de Ubú e Parati, neste tópico procurarei entender os elementos que compõe a formulação desse tipo de ação social de grande escala, ou seja da sua racionalidade e do seu modo de funcionamento, dessa forma,

tomo como pressuposto nessa análise as categorias de *progresso* e *desenvolvimento*. O objetivo foi compreender as racionalidades e outras dinâmicas advindas de processos sociais distintos das quais são imbuídas tais iniciativas de industrialização em larga escala voltadas ao território de Anchieta, que se demonstram como delineamentos de imperativos culturais específicos que se voltam para a realidade das comunidades de Ubú e Parati na forma de empreendimentos industriais. Ao aplicar ideia de racionalidade para nomear esse tópico tive a intenção de pensar o conceito como o processo de formulação e as motivações da ação social a partir de suas conexões com valores e processos sociais presentes no âmbito da sociedade (WEBER, 1996).

Nos próximos parágrafos abordarei interpretações que possam contribuir para o entendimento dos sentidos contemporâneos das categorias de *progresso* e *desenvolvimento*, quando usadas para caracterizar empreendimentos industriais, como a instalação e operação da mineradora Samarco no município de Anchieta, no litoral do Espírito Santo. Mas antes deixo claro que esse ensaio interpretativo não se trata de uma análise genealógica e nem etimológica dessas categorias, ela paira no âmbito de ser uma seleção interpretativa de distintas contribuições, que na minha visão e intuição de pensador das relações entre humanos podem servir para tentar compreender a complexidade de forças e processos sociais que constroem a conjuntura em que são desenvolvidos os modos de vida intimamente ligados à prática da pesca artesanal em Ubú e Parati.

No livro *A história da ideia de progresso* (1980), Robert Nisbet caracteriza como, em diferentes momentos do pensamento ocidental materializado através de Adam Smith, Turgot, Stuart Mills, entre outros, variados pensadores desenvolveram maneiras de medir qualitativamente o estado de determinados agrupamentos humanos, incluindo a própria civilização ocidental e também as outras sociedades (NISBET, 1985).

Essa iniciativa deu-se mais enfaticamente na interpretação proporcionada pelos escritos do autor, após o rompimento em parte da racionalidade ocidental com a hegemonia e autoridade do pensamento religioso cristão, que compreendia o devir da civilização humana como relacionado intimamente à providência divina. Ou seja, anteriormente a essa ruptura, estava na mente de intelectuais, notáveis e autoridades de toda Europa a ideia de progresso como intimamente atrelada a uma ideia de que tempos melhores seriam proporcionados por destino construído pela providência divina (NISBET, 1985). A mudança entre história construída pelo divino para história a ser construída pelos homens foi também identificada por Marilena Chauí na construção e

reconstrução, ao longo dos períodos históricos, do mito de uma sociedade nacional brasileira, precisamente no momento em que o desenvolvimento econômico capitaneado pelo estado de São Paulo substitui a ideia do país “*como dádiva de Deus e da natureza*” (CHAUI, 2001).

A partir desse rompimento, em parte relevante, começou a emanar nos círculos intelectuais do ocidente a ideia de que o destino humano seria resultado das diferentes ações no presente. Essa perspectiva motivou diversas formas de planejamento da realidade, em que cada passo dado e cada passo futuro da civilização eram medidos levando-se em conta as consequências possíveis desses delineamentos, assim como também foram idealizados movimentos econômicos, leis e relações internacionais com outros territórios entre outros direcionamentos, que objetivavam consequências também específicas, espalhadas no tempo e no espaço.

As reflexões de Nisbet são expostas neste trabalho com o intuito de pensar o *progresso* e o *desenvolvimento* como categorias oriundas de formas de planejamento da realidade, permeadas pela racionalidade que visa direcionar o presente no intuito de construir um futuro ideal. A perspectiva adotada é daqueles atores com poder suficiente para refletirem e colocarem em prática planos acerca dos rumos de determinada organização social e também sobre os direcionamentos desejáveis a ela.

Outra característica que pode nos fazer entender a ideia de *progresso e desenvolvimento* exposta na perspectiva do poder público e dos empreendedores ligados a iniciativas de expansão macroeconômica dos territórios, não se resume como presente somente nas racionalidades oriundas do mundo ocidental. Por outro lado é entendida como inerente à perspectiva humana no geral, pode ser encontrada em torno de um aspecto da formulação da ação humana caracterizada de “determinismo”. Antes de ser um atributo que nos meios científicos é usado para caracterizar correntes e campos distintos de conhecimento, o “determinismo” é uma característica do pensamento humano relativo à formulação da ação na realidade, no qual a complexidade dos diversos fatores são reduzidos ao um teleologismo unicasual (GOMES, 1996).

Em outras palavras, para empreender qualquer ação no mundo, os seres humanos de diferentes formas tomam como pressupostos as possíveis consequências de suas ações, por exemplo, em uma ação simples como pisar no chão, um homem tem que conceber e adotar a ideia de que aquele chão onde ele planeja pisar é uma superfície usualmente rígida, que irá comportar cada passo seu. Dessa maneira, o determinismo permeia toda esfera do cotidiano humano. Porém, essa maneira de pensar a realidade

característica ao “determinismo” pode ser manifestada variavelmente e uma das formas na qual ela se manifestou passou a permear e também contribuir para construção da realidade moderno-ocidental. Ela está ligada diretamente à expansão e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, assim como a sua forma característica de racionalidade, embasada na tentativa de previsão a longo prazo (em comparação ao entendimento de futuro de sociedades pré-capitalistas) característica ao empreendimento capitalista.

No intuito de compreender a emergência do capitalismo e dos modos de vida atrelados à existência dessa organização socioeconômica da vida, Max Weber concebeu, a partir de suas reflexões, nos primórdios do pensamento sociológico do século XX, a relação de afinidades eletivas entre o estabelecimento de uma “racionalidade econômica” e os atributos concernentes aos costumes e valores dos Puritanos (WEBER, 1996).

Ele propôs, a partir de seu raciocínio, uma possível contribuição de práticas contempladas e motivadas pela cultura religiosa Puritana para o que seria o padrão de um desempenho na economia de mercado, ou seja, de um *ethos* do empreendedor capitalista e na constituição do capitalismo moderno (WEBER, 1996).

Para isso Weber traça a relação de convergência entre os aspectos da racionalidade puritana e um comportamento bem sucedido no capitalismo emergente na época de seus estudos. Uma primeira característica dos costumes puritanos destacada pelo autor pode ser encontrada na forma como o trabalho é interpretado pela cosmovisão compartilhada por esse grupo, que é pensado como atividade cotidiana que dignifica a vida humana. Outro aspecto da racionalidade religiosa dos puritanos está no fato de que eles enxergam a vida como oportunidade para a prosperidade, categoria que pode ser entendida como ascendência econômica. Concomitantemente, pelo fato dessa oportunidade de prosperar ser conferida por “Deus”, não é tida pelos puritanos como passível de ser desperdiçada, no processo de composição da racionalidade inerente aos objetivos de vida desses indivíduos (WEBER, 1996).

Essa cosmovisão da realidade seria tanto *A ética protestante* quanto o *espírito do capitalismo*, e embasariam a procura, por parte daqueles que a compartilham, de otimizar os procedimentos ligados a um constante acréscimo produtivo do empreendimento capitalista, ao mesmo tempo que se torna uma fonte significativa para o estabelecimento de um padrão da racionalidade econômica capitalista.

São aspectos que emanam da fusão entre racionalidade puritana e comportamento no capitalismo, a procura por constante aprimoramento da gestão, o

exercício da calculabilidade e da previsibilidade para o investimento no empreendimento capitalista, de atributos ligados à procura infundável de aprimorar constantemente a empresa capitalista e, por conseguinte, viabilizar a busca infinita dos lucros dessa mesma (WEBER, 1996).

Weber foi a fundo na caracterização de valores ligados a um povo, a um recorte populacional específico e estratificado dentro de sociedades nacionais, para então demonstrar um casamento entre esse conjunto de valores e a perspectiva do empreendedor capitalista, que somado a outros fatores, ocasionou o próprio estado do capitalismo no século XX e concomitantemente contribuiu com a forma do capitalismo dos dias hodiernos.

Nessa parte fundamental da teoria Weberiana está exposto o processo de formulação de uma perspectiva sobre o trabalho, a economia de mercado e a empresa capitalista, que posteriormente vira cartilha, procedimento, regras e valores inerentes às relações capitalistas; ou seja, trata-se da “racionalidade econômica” em si, conjunto de valores que orientam a ação dos indivíduos no meio social em que se processa uma economia capitalista. A motivação que leva à busca interminável de otimizar e especializar os procedimentos ligados ao fazer econômico é aspecto inerente ao capitalismo, que partiu do ocidente e está em vigência em quase todo território mundial através daquilo que o autor caracterizou como processo de “racionalização”, que para ele é uma tendência inerente ao modo de vida ocidental, de sempre gradativamente especializarem as suas atividades.

Ao entender o caráter do que seria a proposta conceitual de Weber, denominada de racionalidade econômica, podemos compreender que a partir de seu desenvolvimento como comportamento humano, o *determinismo* passa a ser submetido às exigências de planejamento e aprimoramento do empreendimento capitalista, independentemente de qual tipo seja. Dessa forma ele passa a atrelar-se ao *modus operandi* do capitalismo, assim como as áreas de conhecimento características a esse modo de produção da vida dos homens.

No desenvolvimento de um modo de vida influenciado significativamente pelas relações socioeconômicas capitalistas, a ciência passou a desenvolver afinidades complexas no que tange à sua influência na produção do homem sobre o ambiente, como também agiu na complexificação das relações de produção que compõem esse processo, através de sofisticação das técnicas e dos meios produtivos. Portanto a ciência passa a desenvolver-se através do capitalismo, assim como fundamentalmente o

transforma e em uma relação de causalidade transformando também as relações sociais (SANTOS, 1988).

Com o passar dos anos de desenvolvimento do capitalismo e de suas ciências houve uma alteração significativa no campo social, no qual ocorrem as relações sociais de produção. O que ocorreu é apontado por Pierre Bourdieu como a transformação no contexto do qual as formas pensadas de proceder no capitalismo são provenientes. Ou seja, primeiramente, no tempo estudado por Max Weber, de emergência do capitalismo, as formas de proceder nas relações tipicamente capitalistas ainda estavam em aberto e também eram dependentes da criatividade dos empresários. Nos dias de hoje, afirma Bourdieu, esse campo, assim como as formas de estabelecimento de relações tipicamente capitalistas, já está consolidado no *homo economicus*, em que esse comportamento depende de conhecimento especializado que fundamentará cada passo dos indivíduos no mercado e na economia (BOURDIEU, 1979).

O que proponho, a partir da exposição dessas reflexões até este momento, é que o pensamento no *progresso* é contemporaneamente embasado de modo fundamental nos pilares da racionalidade econômica (WEBER, 1996) e concomitantemente na ciência, seja nas formas de compreender grupos sociais e medir qualitativamente os seus estágios de desenvolvimento ou nas formas de planejar cada estágio de uma civilização, estado nacional ou sociedade. Isso demonstra mais uma vez a pertinência da afirmação de Bruno Latour de que a política, a sociedade e a produção de conhecimento nunca foram independentes uns dos outros, como afirmam alguns analistas, e que na interpretação do autor são agrupados como rebentos do pensamento ocidental, também por ele caracterizados como *modernos* (LATOURE, 1994).

Outro fator significativamente atrelado às ações e empreendimentos caracterizados como *progresso* ou como *desenvolvimento* – seja no processo de formulação de ideias e projetos desse tipo ou mesmo na própria operacionalização das mesmas –, e à articulação entre interesses públicos e privados, na relação entre administração estatal e interesses de organizações ou atores privados no direcionamento de determinada organização social. Muitas vezes as ações advindas dessas articulações resultam em transformações de grande escala, que envolvem grandes contingentes populacionais como são os processos de industrialização, a partir de grandes estruturas industriais.

Karl Marx, em suas reflexões, produziu imputações sobre a relação entre interesses públicos e privados, como parte de sua proposta maior de paradigmas teórico-

metodológicos para a interpretação e transformação da realidade. Por isso irei caracterizar algumas de suas contribuições como referência para ajudar a pensar os projetos para sociedade caracterizados como *progresso* e *desenvolvimento*, sem adotar toda a proposta de seu aporte teórico na organização do estudo que consiste esta pesquisa.

Marx pensa o todo social como constituído em uma infraestrutura e uma superestrutura oriundas das contradições de classe, entre as classes dos não proprietários e proprietários dos meios de produção. A infraestrutura seria a base material da sociedade, materializada em seus múltiplos aspectos, além disso ela proporcionaria a existência de uma superestrutura, que seria de maneira geral manifestada como a ideologia e os conjuntos de normas e valores dessa sociedade (MARX, 1980; ALTHUSSER, 1985).

Como para o autor a organização da infraestrutura e da superestrutura é fruto da síntese entre as contradições de interesse entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, logo os proprietários possuirão um maior poder de influência sobre a definição das atribuições e da forma de operar do estado, inclusive na definição de o que é público e o que é privado; isso levando-se em consideração que os detentores dos meios de produção possuem significativamente maior poder de articulação e organização do todo social (ALTHUSSER, 1985).

Segundo Althusser, sobre o pensamento de Marx, o Estado pode ser entendido, em três características essenciais: seu poder de organização do todo social, seu aparelho que abrange a operacionalização dessa função de organização da sociedade, como governo e administração pública e uma terceira característica que remete à sua forma, que é pensada como intimamente atrelada à sua relação com a classe dominante. Dessa forma a base material conformará o Estado tanto quanto sofrerá dele as suas atuações restritivas advindas da superestrutura, das normatividades e do caráter ideológico que deste modo reagirá a ele. O aparelho estatal por essas características torna-se o foco maior da disputa entre classes (ALTHUSSER, 1985).

Assim, a forma e a maneira de agir do Estado são reflexos de sua apropriação por interesses exteriores que são refletidos em seu aparelho. Devido a esse fato, na minha interpretação dos conceitos de Karl Marx não existiria de maneira autêntica um Estado ausente, sem influência no todo social. O Estado demonstraria ausência ao relegar a regulação da economia de uma sociedade sob a responsabilidade das leis de mercado; ele exerceria essa função exatamente pela sua capacidade de organização da

sociedade e também pela sua característica de ser como um recipiente, ao mesmo tempo que é meio de operacionalização de interesses de atores, que na perspectiva marxista dominam a estruturação da sociedade como um todo.

A partir de agora irei abordar como, em nível Brasil, é pensada a relação entre a perspectiva do Estado e a perspectiva de atores fora da instituição estatal na formulação e na operacionalização de iniciativas progressistas e desenvolvimentistas. Posteriormente, irei também adicionar outros elementos teóricos que podem complementar essa interpretação.

Quando pensamos a constituição da racionalidade desenvolvimentista em nível de Brasil podemos levar em consideração o que propôs Raymundo Faoro, em uma interpretação sobre como uma evolução positiva (a partir de anseios e de valores específicos) da sociedade nacional foi pensada em distintos momentos concernentes à organização social do território do país. Nesses escritos o autor compreende um movimento cíclico em que diferentes iniciativas ao longo da história são interpretadas pelas classes dirigentes, como passíveis de serem o motor da transformação, do que para eles está ruim (a sociedade brasileira como um todo), para aquilo que para essas mesmas pessoas é entendido como um futuro desejável (FAORO, 1992).

Ao longo da história do Brasil ocorreram distintos projetos modernizadores, pensados como soluções para o mal-estar das classes e estamentos dirigentes da nação em relação ao estado das coisas nessas épocas específicas, assim dando origem a direcionamentos para o estado nacional usualmente espelhados em movimentos advindos de outros países e concomitantemente de outras conjunturas históricas.

“Quando ela, a modernização, se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente—com muitos nomes e de muitas naturezas— que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes” (FAORO, 1992, p. 9).

Essas reflexões de Faoro estão conectadas a alguns de seus estudos mais antigos sobre a forma como o Estado brasileiro constituiu-se sob influência da matriz estatal portuguesa e até dias mais próximos aos tempos contemporâneos. “... *Desde Dom João I até Getúlio Vargas...*” compartilha de aspectos dessa origem no modo de gerir o Estado atualmente. O autor discorre em sua obra denominada de *Os donos do poder*, entre outras reflexões, sobre a ideia que ele conceituou como *patrimonialismo* (FAORO, 2001), no qual a administração pública direciona a organização econômica e social do

país como julga pra si desejável, pessoalizando o Estado a partir dos anseios e ideais do governante e das classes dirigentes. Portanto o ideal de progresso da administração pública do país fica submetido ao ideal do estamento social dirigente.

“Sempre nos cursos dos anos sem conta, o patrimonialismo estatal, incentivando o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político; para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu correspondente civil e militar” (FAORO, 2001, p. 819 e 820).

Diferente de algumas perspectivas que envolvem a ideia de um estado neoliberal, que não exerce influência nos direcionamentos da economia, onde há regência das relações econômico-capitalistas através das leis do mercado, Louic Wacquant propõe que o Estado neoliberal contemporâneo (possuindo essa dentre outras características, como a postura de encarceramento em massa de seus cidadãos) converteu-se no gerente da organização econômica da nação como se essa fosse uma grande empresa, influenciando e difundindo ações através de todos os seus seguimentos e instituições públicas, convergentes com a transformação progressiva da economia (WACQUANT, 2012).

Outra característica inerente à posição do Estado, pertinente ao neoliberalismo contemporâneo, é a inversão das disputas entre os conglomerados industriais para instalação de seus projetos em locais específicos, para a disputa dos locais (entende-se: diversos níveis das administrações públicas) pela instalação desses projetos industriais em seu território. Processo que ocasiona uma tomada de posição dos países, estados e municípios em flexibilizar leis trabalhistas e ambientais, tendo em vista a viabilização e a atração de investimentos advindos da iniciativa privada (HARVEY, 1996).

Elementos que podem ser identificados nas racionalidades progressistas e desenvolvimentistas que envolvem – como já foi dito nesse mesmo texto – a formulação e a operacionalização de tais iniciativas são suas maneiras de compreender a relação tempo / espaço.

Com a emergência do capitalismo, do processo de urbanização, além de outros aspectos gerais que vieram do ocidente e foram levados para as mais distintas partes do planeta, o tempo passou a ser medido, no intuito de sua divisão a longo prazo na organização e planejamento da produção e do cotidiano de uma economia capitalista. Dessa forma, Bourdieu ressalta que nas sociedades pré-capitalistas, como era a

organização social dos camponeses kabiles na Argélia, o futuro era enxergado com receio. Ou seja, o destino era de posse das forças divinas e suas nuances não eram consideradas como passíveis de serem previstas (BOURDIEU, 1979).

O que muitas vezes acontecia era o fato de cada grupo manter uma reserva de mantimentos específica, se possível, caso alguma situação inviabilizasse esses indivíduos de angariar o seu sustento. Ou pelo motivo de haver um ritual ou cerimônia em que fossem utilizar bens de primeira necessidade de uma forma maior do que usualmente era consumido em seu cotidiano (BOURDIEU, 1979). Forma de perceber o tempo que significativamente difere da previsão a longo prazo dos investimentos capitalistas.

A compreensão e as formas de apropriação do espaço nos tempos pré-capitalistas até os dias atuais sofreram uma série de vicissitudes. Também em relação à emergência da organização socioeconômica capitalista e do processo de urbanização, quando o espaço passa a ser significado e apropriado tendo em vista sua capacidade funcional, no que tange a otimização da produção social capitalista e ou quando o mesmo se torna o próprio *locus* da produção, aspecto inerente à organização das cidades (LEFEBVRE, 2002) ao mesmo tempo em que o espaço é medido, quantificado, portanto, homogeneizado quando convertido em área (HARVEY, 1992 apud LEFEBVRE, 1974).

O *progresso* e o *desenvolvimento* se demonstram como iniciativas associadas, em sua racionalidade, a uma idealização do futuro que enxerga o modo de vida e de se agruparem os humanos em um ambiente urbano que possibilitará a emergência do ponto mais alto do que seria o ser humano civilizado em suas virtudes (LEFEBVRE, 2002). Intimamente vinculado às relações sociais provenientes de uma realidade estruturada no capitalismo, em que a existência (objetiva e subjetiva) dos indivíduos se vincula a produção, a circulação e o consumo de mercadorias.

Para finalizar esse tópico, irei me ater à interpretação de Gustavo Lins Ribeiro sobre as iniciativas caracterizadas como *desenvolvimento* e também a sua interpretação sobre o sentido da categoria, assim como a compreensão do autor sobre o processo decorrente da implantação e da operacionalização do *desenvolvimento* presente no artigo denominado “Poderes, redes e ideologias no campo do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008). Por si só esse escrito já serviria para operacionalizar uma análise interpretativa desses tipos de projetos para a sociedade por conta de sua sofisticação. Honestamente, quando li o artigo pela primeira vez parecia ler uma descrição exata dos processos desse tipo que ocorrem no estado do Espírito Santo.

Lins Ribeiro trabalha o sentido da ideia de *desenvolvimento* a partir da seguinte premissa:

“Após várias décadas de proeminência do discurso sobre desenvolvimento, não há mais lugar para inocência. Inspirado pelo conhecido argumento de Durkheim segundo o qual a religião é a sociedade adorando a si própria, entendo desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma. Isso significa que precisamos conhecer o sistema de crença que subjaz a essa devoção assim como as características do campo de poder que a sustenta” (RIBEIRO, 2008, p. 2).

Esta posição do autor demonstra uma perspectiva analítica ao abordar Émile Durkheim como inspiração, que pode nos dizer que a ideia de desenvolvimento na sua formulação e forma de operar é uma reorganização peculiar de valores e processos que já permeavam (advindos majoritariamente das culturas ocidentais) a sociedade antes de serem manifestadas na constituição dessa proposta de planejamento da realidade. Em outras palavras, o autor não adota o paradigma teórico metodológico de Durkheim como um todo na interpretação dos fenômenos sociais, para explicar a ideia de *desenvolvimento* como representação coletiva; este que surge como reflexo da sociedade como um todo, mas usa para compreender a vinculação dessa ideia com processos sociais e valores oriundos de distintos lugares e momentos históricos específicos.

O autor assinala os empreendimentos caracterizados como *desenvolvimento* a partir da ideia de PGEs, Projetos de infraestrutura de Grande Escala. Essa ideia é afirmada por ele a partir da elaboração do estudo sobre a construção de Brasília, da perspectiva dos operários (não somente a partir da interpretação que os sujeitos têm desse processo, mas também no estudo das condições sociais ligadas ao cotidiano desses trabalhadores) que construíram a cidade. Dessa forma, o autor considerava o projeto de Brasília um PGE, pois reunia uma variedade de características da mobilização de grande fluxo de trabalhadores nesse empreendimento; a reunião de diferentes atores públicos e privados na formulação e operacionalização do projeto; a característica de se ter pelos seus idealizadores a crença de que esse projeto de cidade seria uma promessa de vetor de mudanças positivas para a sociedade nacional. Por fim, a construção de Brasília pode ser considerada um PGE, pois possui um grande poder e abrangência de reestruturação socioespacial (RIBEIRO, 2008).

Ao analisar todo o processo que envolve a implantação de um PGE, o autor trabalha com duas categorias especificamente formuladas para essa tarefa, a partir de diferentes contribuições teóricas. Essas categorias são: *poder*, uma formulação feita a

partir de diferentes autores, mas que “*refere-se à capacidade (a) de ser sujeito do seu próprio ambiente, de ser capaz de controlar seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação ou dos eventos que manterão a vida como está ou a modificação; ou (b) de impedir as pessoas de se tornarem atores “empoderados”*”. Já que o desenvolvimento sempre implica transformação e tipicamente ocorre por meio de encontros entre insiders e outsiders localizados em posições de poder diferentes, as iniciativas de desenvolvimento estão ancoradas e atravessadas por situações em que desigualdades de poder abundam” (RIBEIRO, p. 2, 2008). Claramente influenciada pela formulação teórica produzida por Pierre Bourdieu ao longo de suas pesquisas, transversal a diferentes temáticas, focos de estudo e que já foi explicada nestes escritos.

Para Gustavo Lins Ribeiro, a ideia de *desenvolvimento* e os projetos de infraestrutura de grande escala são formulados e operacionalizados em um campo permeado por atores heterogêneos diferentemente empoderados, constituído por normas e valores específicos no que tange a sua formulação e maneira de operar.

“O campo do desenvolvimento é constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (diferentes tipos de empreiteiros e consultores, por exemplo); e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). As instituições são parte importante desse campo; elas incluem vários tipos de organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras” (RIBEIRO, 2008, p.2).

Ao conseguir entender a concepção de campo de desenvolvimento, podemos compreender a posição de Pierre Bourdieu acerca da constituição do Estado e suas formas de agir, sofisticando o entendimento das relações entre interesses públicos, do Estado, e interesses privados, que partem de categorias mais rígidas que tratam o Estado como uma unidade no que tange a sua capacidade de agir e de interesses. Assim são as reflexões de Marx e Faoro esboçadas nesse tópico, significativamente diferentes da interpretação de Bourdieu (1997), que compreende o Estado como múltiplo em interesses diluídos em suas variadas instituições, cada uma delas dispostas hierarquicamente, pelas suas capacidades de ação e materialização de interesses. Porém, mesmo com a posição ambígua do Estado, devido a multiplicidades de instituições que o compõem, as capacidades são díspares, há a sobreposição de interesses estatais.

Os atores heterogêneos do campo de desenvolvimento podem ser compreendidos em uma escala menor pelos “tipos sociais” envolvidos nos processos de licenciamento ambiental. É o que faz Bronz (2005) acerca dos empreendimentos de extração de petróleo, classificados desse modo no estudo de sua autoria, a partir da referência que ela teve da forma como a categoria é utilizada por Max Weber, dividindo os atores do processo de licenciamento ambiental inerente a esse tipo de iniciativas industriais, nos seguintes tipos:

“... aqueles que conduzem os procedimentos legais, representantes das instituições do governo a quem compete a gestão das atividades de petróleo no país; os funcionários da empresa proponente do projeto sujeito à concessão da licença ambiental; os contratados das empresas de consultoria ambiental, responsáveis pela elaboração do EIA; os grupos potencialmente sujeitos aos efeitos da implementação do projeto; e cidadãos comuns, também interessados em discutir os destinos dos recursos naturais da Bacia de Campos. Os gestores representam os interesses do Estado na disciplinarização dos territórios marítimos. Suas ações e intervenções costumam ser justificadas por lei, com base num discurso normativo e despersonalizado. Os argumentos seguem as definições estatutárias de uma lei apoiada em princípios racionais e tecnocientíficos. Os gestores são: políticos, membros do Ministério Público; funcionários e dirigentes do órgão ambiental federal — IBAMA; diretores e membros da agência que regula as atividades de petróleo no país — ANP; e oficiais da Marinha do Brasil responsáveis pela fiscalização das águas territoriais nacionais (Capitania dos Portos). Os empreendedores são todos os funcionários da empresa que participando processo de licenciamento, com o intuito de alcançar a obtenção da licença para a implementação do empreendimento. São os empresários e empregados da empresa petrolífera que respondem pelas características das obras de engenharia do projeto, bem como pelas ações da empresa em relação aos projetos ambientais desenvolvidos para mitigar e compensar os impactos negativos do empreendimento sobre o meio ambiente. Estes funcionários devem cumprir com os requisitos exigidos por lei, que regulamentam uma prática considerada como “ambientalmente correta”. Os grupos populacionais que sofrem os efeitos da implementação de empreendimentos de petróleo offshore são aqueles que se apropriam dos recursos naturais do mar como fonte de reprodução social e subsistência econômica. São aqueles presentes na área de influência do empreendimento e que, nos estudos ambientais, recebem a denominação de partes interessadas, sendo caracterizados no diagnóstico do meio socioeconômico. Trata-se de pescadores, empresários do turismo, turistas, navegadores etc” (BRONZ, 2005, p. 49 e 50).

A autora também caracteriza, por fim, o consultor, ou funcionário de empresa de consultoria, ao qual ela atribui a função de realizar as pesquisas técnicas que são pré-requisitos impostos pelo IBAMA. Em outras palavras, os EIAs (Estudos de Impacto

Ambiental) para o processo de instalação de qualquer empreendimento industrial. Esses indivíduos são predominantemente das áreas de conhecimento formal das *ciências da natureza*: biólogos, geólogos, engenheiros ambientais, entre outros.

“As temáticas sociais também aparecem no EIA a partir de uma perspectiva calcada em racionalismo economicista, na qual as atividades humanas se transformam em números e gráficos. Mesmo o cientista social (geógrafo, economista, sociólogo ou antropólogo), que elabora a parte do estudo referente ao meio socioeconômico, deve adequar seu tipo de análise aos métodos quantitativos que predominam nas ciências da natureza. Isto pode ser observado, por exemplo, na parte do estudo referente à análise de impacto ambiental, onde os efeitos do empreendimento sobre os grupos sociais se transformam em variáveis — conceitos matemáticos e estatísticos como: frequência, magnitude, probabilidade, severidade etc. Além de portador do conhecimento técnico-científico, o consultor assume, de certo modo, um papel de mediação dos grupos e sujeitos sociais envolvidos com o processo de licenciamento. Esta mediação ocorre no contato que o profissional desenvolve com os empreendedores, gestores (funcionários do órgão ambiental responsável por conceder a licença) e grupos sujeitos às influências dos empreendimentos. Deste modo, seu papel nesse campo conflituoso flutua entre os paradigmas do tipo de ciência-técnica que produz e a sua posição no mercado de consultoria”(BRONZ, 2005, p. 51).

O objetivo desse tópico, mesmo sem demonstrar desde o início a sua fonte de inspiração, foi seguir a sugestão de Gustavo Lins Ribeiro acerca de compreender o sistema de crença e as matrizes culturais que fomentam a ideia contemporânea de *desenvolvimento*, no intuito de compreender também a sua forma de operação. O tópico seguinte será uma tentativa de mapeamento de processos e atores que constituem esse campo, a partir das realidades pertinentes às comunidades de Ubú e Parati, onde os pescadores artesanais e os demais moradores convivem desde meados da década de 1970, com iniciativas que se enquadram, na retórica de seus idealizadores, como de *progresso e desenvolvimento*.

Quando chegam os *progressos* e/ou os *desenvolvimentos* em Ubú e Parati

Durante o ano de 1972, teve início, em local próximo às comunidades de Ubú e Parati, o processo de implantação da primeira usina de beneficiamento de minério da mineradora Samarco, que, a partir desse momento, iria acompanhar e influenciar significativamente a organização social não somente das comunidades de pescadores artesanais estudadas nessa iniciativa de pesquisa, mas também dos municípios

litorâneos de Guarapari e Anchieta.

Para compreender essa iniciativa de industrialização, iremos nos ater primeiramente a fatos que de certa forma estão atrelados ao início do processo. O ano de 1972, como é amplamente divulgado, consta no período em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar, que ordenava todos os segmentos da administração pública.

A perspectiva dos atores e grupos dirigentes do Estado brasileiro e da sociedade nacional decorrente do período em que houve uma ditadura militar é compreendida em algumas análises, a partir de sua política econômica caracteristicamente embasada na industrialização como motora do *progresso*, segundo (CYSNE, 1993), os índices quantitativos do período militar brasileiro caracterizam um aumento do desenvolvimento macroeconômico da nação sem se inter-relacionar com a melhora da qualidade de vida da população.

A interpretação acima diverge de informações propagadas em algumas afirmações de indivíduos que viveram o período militar, tive a oportunidade de ouvi-los em distintos momentos no passar da vida cotidiana. Podemos relacionar a perspectiva que caracteriza positivamente a administração estatal do período militar ao fato de essas pessoas possuírem uma fonte de informação estabelecida em grande parte a partir dos meios de comunicação corporativos para fomentarem sua reflexividade (GIDDENS, 1991) sobre a época. Sendo que essas fontes de informação eram convergentes com a perspectiva do governo.

Nessa época eram expostos somente elogios à gestão governamental, enquanto a crítica direcionada a ela era censurada e restrita a alguns meios intelectuais, como universidades, além de outras mobilizações e panfletagens feitas às escondidas. O apoio conferido ao golpe militar de 1964¹ foi lembrado recentemente por um dos maiores, senão o maior, conglomerado de empresas de comunicação do Brasil.

Marilena Chauí caracteriza o viés adotado pelo governo no período militar acerca da formulação do planejamento que iria direcionar a administração pública e, concomitantemente, produzir consequências na organização social:

“O novo regime - ou o Sistema - apoiou-se numa ideologia de cunho geopolítico, herdada da divisão Leste-Oeste criada pela Guerra Fria, expressa na Doutrina da Segurança Nacional e com a pretensão de promover o Brasil à condição de potência, no ano 2000. Esse feito seria conseguido graças às ideias de desenvolvimento nacional (o

¹ Conferir editorial do dia 31/08/2013 publicado no jornal O Globo, denominado: “O apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”.

“milagre” e a dívida), integração nacional (isto é, centralização das decisões sócio-políticas, consideradas como meras questões técnicas) e segurança nacional (anticomunismo). Sob os auspícios da ideia de planejamento, o regime e a ideologia são mais conhecidos com a expressão Modernização Conservadora...” (CHAUI, 1986, p. 49).

Como parte de uma nação, o estado do Espírito Santo seguiu o caráter inerente às práticas gerenciais do Estado militar, assimilando localmente a perspectiva da administração nacional do que seria o progresso, com suas características locais. Assim, o governo do Estado incentivava e coagia o decréscimo das práticas agrícolas e incentivava a industrialização do território, no intuito de se projetar nacional e internacionalmente a partir do fetiche de tornar-se uma referência no âmbito econômico mundial (SOBRINHO, 2010).

Dessa forma, em plena ditadura militar dá-se início à instalação da mineradora Samarco em um recorte territorial onde anteriormente eram desenvolvidas atividades produtivas características a uma propriedade agrícola. Nessa época não houve consulta aos moradores locais, muito menos um aviso da parte do poder público, ou dos executivos da indústria, sobre aquilo que passaria a ocorrer no contexto dessas localidades.

Disseram-me alguns dos pescadores de Ubú e Parati que, ao invés da exposição por parte da Samarco do que seria feito na região para a comunidade, os pescadores só conseguiram perceber o que estava acontecendo através do movimento das máquinas e do grande fluxo de trabalhadores na construção daquele empreendimento industrial.

A operação da Samarco mineração teve início com sua inauguração no ano de 1977 e começou a entrar em funcionamento somente com uma usina de beneficiamento de minério e um mineroduto. Em 1997, a empresa duplicou sua produção com mais uma usina de pelotização. Já em 2008, houve o início das operações de uma terceira usina de pelotização, da segunda usina de concentração e do segundo mineroduto, como nos informa o relatório de impactos ambientais, produzido como condicionante da instalação da quarta usina. Como consequência desse processo, houve um acréscimo de 54% na capacidade produtiva dessa atividade industrial. Em 2012, começou-se a construir a 4ª usina de pelotização da mineradora e o terceiro mineroduto. Idealizada por seus acionistas, com poderio de acrescentar ao processo produtivo da empresa uma quantidade de 8,5 milhões de toneladas, chegando-

se ao patamar de 30,5 milhões de toneladas minério beneficiado a ser exportado.²

O constante aprimoramento do processo produtivo da Samarco denota a racionalidade que move as ações da empresa, o que se encaixa claramente na descrição weberiana de racionalidade econômica que opera visando uma constante expansão (tendo em vista o infinito) e dinamização do empreendimento capitalista (WEBER, 1996).

No processo de instalação da empresa, os interesses dos acionistas e executivos da mineradora Samarco convergiram com os anseios dos gestores públicos do regime militar em relação a uma específica reorganização socioespacial da economia, fato que acabou possibilitando a instalação do enorme pátio da indústria ao lado das comunidades de Ubú e Parati em Anchieta nos anos 70. Essa afinidade de interesses entre gestores do Estado e atores empresariais repetiu-se a partir da elaboração em meados dos anos 2000 do Plano de Desenvolvimento ES-2025 (publicado em 2006), feito a partir de um conluio entre a gestão estadual personalizada no governador Paulo Hartung com uma organização do poder empresarial: movimento ou grupo “ES em ação”. A expansão da atividade produtiva da mineradora, através de sua 4ª usina, aparece como parte do plano.

Sabe-se que o plano de desenvolvimento ES-2025 pode ser considerado um elemento da articulação entre esse movimento e o governo citado, porém, a relação entre esses atores do cenário político capixaba começou antes, viabilizando a eleição de Paulo Hartung para o governo do estado, devido a ele ser o representante máximo do poder executivo estadual. Idealizado pelos empresários do movimento “ES em ação” como aquele que viabilizaria os seus anseios para o futuro da organização social a nível estadual. Assim, a organização empresarial responsabilizou-se, através de seus membros, a angariar diferentes tipos de recursos e apoios para essa candidatura (RAINHA, 2012).

O movimento “ES em ação” foi idealizado por um grupo seletivo de indivíduos, que possuíam uma ideologia homogênea de expansão econômica dos setores empresariais do Espírito Santo, planejando, a partir de suas ações, um estado destacado no cenário da economia capitalista nacional, construído que em suas visões possibilitaria o “crescimento” do estado, a partir de seu caráter economicamente competitivo (RAINHA, 2012).

²Ver EIA/RIMA 4ª usina de pelotização da Samarco S/A.

Os membros fundadores do “ES em ação” são pessoas que possuem destacadas redes de influências e possibilidades de articulação para viabilizarem seus interesses, além de experiência técnica, pois alguns dos participantes fundadores dessa organização já ocuparam cargos no alto escalão do poder público e também em grandes empresas. Dessa maneira, exigem dos proponentes a membro do grupo os mesmos atributos considerados por eles como essenciais aos seus objetivos, para permitirem a entrada desses novos componentes (RAINHA, 2012).

É interessante para a análise proposta nesse espaço observar que um dos membros fundadores desse vetor de interesses empresariais ocupou o cargo de governador do Espírito Santo na época da ditadura militar no Brasil. Circunstância que demonstra uma afinidade entre anseios das elites públicas e privadas daquele período para com a conjuntura atual, o que pode ocasionar no fato da operação do processo produtivo da Samarco estar presente tanto nos interesses do governo na década de 1970, quanto nos dias de hoje, através do projeto de plano de desenvolvimento organizado entre poder público e privado.³

O *modus operandi* do plano de desenvolvimento ES-2025 também reúne outra característica que norteou o planejamento de governo que subsidiaria o *progresso* no período militar: a falta de diálogo com os distintos setores da sociedade, além das elites empresariais. Se na época da instalação da Samarco não houve diálogo com os moradores das comunidades próximas, nem um mero aviso daquilo que iria ocorrer (como ouvi de alguns moradores dessas localidades), a formulação e operação do plano de desenvolvimento atual, adotado pelo governo do Estado em conluio com o empresariado, não teve muitos avanços quanto ao diálogo com a sociedade mais ampla, já que apenas aproximadamente 400 pessoas responderam a um questionário sobre os seus anseios para o futuro do estado, sendo que em sua totalidade esses indivíduos são moradores da região metropolitana da Grande Vitória (RAINHA, 2012; CORREA, 2013). Em outras palavras, os moradores de Anchieta e concomitantemente de Ubú e Parati não foram consultados acerca dos empreendimentos direcionados para a seus locais de trabalho e moradia.

³Outro fato que demonstra a afinidade entre as perspectivas para a organização social do estado do Espírito Santo, da administração pública estadual dos dias de hoje e a que ela tomou existiu no período da ditadura militar é o fato de o governador do Estado, à época da instalação da Samarco (no governo militar), Elcio Alvarez ter sido líder do governo na assembleia como deputado, no governo de Paulo Hartung (quando o plano de desenvolvimento ES-2025, foi escrito). Assim como nos dias de hoje também exerce a mesma função. Ver o artigo jornalístico “Elcio Alvarez é o novo líder do governo na assembleia”, publicado em 07/11/2013 no jornal “A gazeta”.

O grupo “ES em ação” – mesmo com um número limitado de sócios fundadores, depois de um período específico de atividades em que o movimento empresarial ficou restrito a esses membros – passou a aceitar diferentes interessados em fazer parte da organização. O processo de agregação de novos membros não foi a soma de interesses de cada novo participante, mas, a reorganização dos interesses pontuais em uma perspectiva que os sintetize (RAINHA, 2012). Esse processo também fez com que o grupo abrisse mais frentes e possibilidades de ações que convergissem no cumprimento dos objetivos pertinentes a organização.

Dessa forma ocorreu com o plano de desenvolvimento “ES-2025”, contando com a participação dos representantes do poder público em todo processo de formulação, assim como também participaram um grupo variável de sujeitos técnicos e empresariais, passando a ter muitas possibilidades de realização de seus propósitos tanto no âmbito objetivo quanto no âmbito subjetivo, ambos em complementariedade.

As possibilidades de realização objetiva consistem nos incentivos do governo estadual e municipal, no que tange a incentivos fiscais, a iniciativas de aprimoramento estrutural do território, visando à viabilização de empreendimentos contidos no projeto, entre outros aspectos. Por exemplo, a elaboração do Plano diretor municipal de Anchieta, que contempla os empreendimentos que já operam e que idealizam operar no município, como é a construção de pátios industriais da CSU da Vale do Rio do Doce, além de um porto da Vale e outro da Petrobrás, próximos a Ubú e a Parati e a construção da quarta usina da Samarco (que está em fase final) (CORREA, 2013).

No âmbito subjetivo podem ser encontradas possibilidades de realização do projeto de desenvolvimento da organização, na postura de hospitalidade e otimismo que a gestão estadual (Espírito Santo) e municipal (Anchieta) em seus discursos e na publicidade oficial tratam os empreendimentos contidos no plano de desenvolvimento “ES-2025”. É destacada a forma como o estado do Espírito Santo está atraindo investimentos que irão ocasionar em milhares de vagas de emprego, demonstrando, através de suas falas, como esses projetos são importantes para o *progresso* e *desenvolvimento* do estado. Pode-se entender essas duas categorias, quando usadas na forma de propagandas, como indicativos do aumento de emprego e renda. Em paralelo ao poder de consumo dos capixabas, que são envolvidos por esses projetos industriais, como é também o município de Anchieta.

Existem outros sujeitos que fazem parte significativamente da forma como o movimento “ES em ação” formula e difunde um discurso que visa transformar a opinião

pública – que é destacada por Rainha (2012) como elemento extremamente significativo para o grupo – a favor de seus empreendimentos e dos valores atrelados a eles – e que, de certa forma, também já são compartilhados por parte da sociedade. Tais atores com destacado poder de ação são três dos quatro maiores meios de comunicação televisivos privados do Espírito Santo. Um deles também publica mídia impressa (o segundo jornal mais vendido do estado). Esses sujeitos fomentam os indivíduos, que têm acesso a suas inferências comunicacionais, com artigos e reportagens que destacam a quantidade de empregos e a quantidade de dinheiro que tais empreendimentos trazem ou irão trazer para o estado. Além de também venderem os espaços nas grades de programação para as grandes indústrias em atividade no território do Espírito Santo, operacionalizarem a divulgação positiva de suas imagens através da demonstração de adjetivos como responsabilidade social, ambiental e a sua importância para o estado, dentre outros artigos publicitários.⁴

Algumas das maiores empresas de educação superior do Espírito Santo, que também fazem parte do movimento “ES em ação”, possibilitam, através de seus cursos superiores e técnicos, a qualificação de parte da mão de obra a ser arremetida pelos empreendimentos industriais. (Mesmo sem garantir a entrada desses alunos nas fileiras de trabalho das indústrias instaladas ou que virão a ser instaladas no território do Espírito Santo.) Elas utilizam a iminência da chegada desses investimentos, que é criada pelo próprio movimento “ES em ação”, através da publicidade oficial do governo do Estado e de governos municipais, em discursos do poder público, para poder atrair novos clientes/alunos.

Mesmo não fazendo parte formalmente da organização denominada “ES em ação”, algumas empresas de ensino privado dos municípios de Guarapari e Anchieta utilizam do discurso da industrialização (ao mesmo tempo em que fazem coro a ele) em sua publicidade para atrair alunos interessados em se qualificar para serem aptos a disputar as possíveis vagas de trabalho nos empreendimentos em operação na localidade (Samarco e Petrobrás), que estão constantemente em expansão. Ao mesmo tempo, dão a

⁴Ver texto do secretário de desenvolvimento do estado do Espírito Santo intitulado “Um novo tempo”, publicado no jornal A Gazeta no dia 21/08/2012. Ver também os artigos jornalísticos no jornal A Gazeta “Apesar dos gargalos, ES é um dos mais procurados por investidores.”, em 07/01/2012; “Os projetos que vão transformar o estado”, em 27/04/2011; “Desenvolvimento de norte a sul do Estado”, em 12/02/2011; “ES ganha 10 terminais”, em 21/04/2012; “Petrobrás inaugura unidade de tratamento de gás em Anchieta, no litoral sul do Espírito Santo”, em 26/10/2010; “Desenvolvimento: grandes projetos saem do papel e criam vagas”, em 20/02/2012; “No caminho do desenvolvimento: Uma siderúrgica duas vilas e muita polêmica”, em 25/04/2010; “ Em Anchieta, o surgimento de oportunidades”, em 24/10/2011.

entender que oferecem tais cursos voltados às indústrias devido a uma nova possibilidade de mercado educacional relacionado a esses grandes projetos industriais. Isso é passível de ser observado ao notar distintos informes publicitários, como cartazes e até outdoors dessas escolas, nos municípios de Guarapari e Anchieta. Outro fator atrelado a essas instituições privadas de ensino está no fato de elas periodicamente levarem seus alunos para conhecer os processos produtivos da Samarco mineração. Assim como o discurso proveniente da empresa, esta prática não se resume ao ensino superior, pois também é realizada na educação básica.

Josilene Corrêa (2013), a partir da maneira que interpretou a síntese do plano de desenvolvimento ES-2025, pode identificar os seguintes projetos direcionados ao território que coaduna com os locais de vivência dos pescadores artesanais de Ubú e Parati: projeto nº 59 UTG SUL da Petrobrás, projeto de nº 61 – Implantação de um polo siderúrgico em Anchieta e o projeto nº 70 – Desenvolvimento do porto de Ubú. Dentre esses projetos podem ser encontrados a expansão da mineradora Samarco, a partir da sua 4º usina que, neste momento, está em fase de finalização. Assim como outros projetos relativos à construção da Companhia Siderúrgica de Ubú (empreendimento abortado uma segunda vez pela Companhia Vale do Rio Doce), que inclui também um possível Superporto da mineradora próximo ao porto já existente da Samarco. Por último, são idealizadas iniciativas industriais voltadas ao aprimoramento da atividade produtiva da Petrobrás na região, a partir de um terminal marítimo. A petrolífera já possui a UTG (Unidade de Tratamento de Gás) operando nas proximidades de Ubú e Parati.

“A UTG Sul tem capacidade de processar diariamente até 2,5 milhões de metros cúbicos de gás, ligando-se ao gasoduto Sudeste-Nordeste, vindo assim concretizar as políticas de ampliação e diversificação da indústria do petróleo proveniente do pré sal. O gás é então comprimido na plataforma FPSO Capixaba, a qual produz óleo e gás, e é enviado por um gasoduto submarino de 87 quilômetros até a UTG-Sul...” (CORRÊA, 2013, p. 115).

No momento anterior a instalação do gasoduto pertencente à UTG, a petrolífera instalou, por um período limitado de tempo, uma plataforma denominada Itapuã, que objetivava exercer pesquisas geotécnicas (direcionadas ao entendimento da crosta terrestre) na costa de Ubú, como parte do processo de pesquisa para construção do porto da Petrobrás, que até os dias de hoje não começou a ser construído. Os pescadores de Ubú e Parati, além dos demais moradores, só perceberam esse movimento quando já estava em operação.

Desde a instalação da Samarco nos anos 1970, o governo brasileiro

regulamentou as distintas interações entre as variadas atividades produtivas e a entidade caracterizada como meio ambiente. Na época da instalação da mineradora em Anchieta não houve estudo acerca de seus impactos no ambiente, nem mesmo divulgação detalhada de sua atividade produtiva para os moradores das localidades mais próximas.

A partir da Resolução do CONAMA, de nº 001 de 23 de Janeiro de 1986, ficou estabelecido que “... *considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais*”. Além dessa descrição mais geral, o governo nacional classifica um montante de iniciativas (incluindo as atividades de extração, beneficiamento de minério e atividades ligadas à extração de petróleo), que, para serem materializadas, passam a requerer o EIA, Estudo de Impacto Ambiental. Através desse estudo é produzido o RIMA, Relatório de Impactos Ambientais. Posteriormente, como ordena a legislação, este relatório deve ser direcionado para o órgão fiscalizador das questões ligadas ao meio ambiente a nível estadual. No caso do Espírito Santo, o IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente), parte do governo do Estado.

O EIA/RIMA é um construto estritamente técnico-científico, devendo ser realizado segundo a Resolução nº 001 por uma equipe multidisciplinar de especialistas, que congrega, de certa forma, distintas especialidades desse tipo de conhecimento. Há necessidade de o estudo abranger, através de seus especialistas, os meios físico, o biológico e socioeconômico. Bruno Latour aponta que a perspectiva ocidental moderna enxerga os seus portadores como tipos de seres humanos privilegiados nas suas capacidades de entendimento e ação sobre a realidade, o que acaba refletindo no modo de ser do seu principal modelo de conhecimento, materializado na ciência (LATOUR, 1994).

Segundo o autor, a ciência é usualmente exercida no âmbito das universidades através do debate de ideias, da constante contra argumentação dos seus produtos e da refutação de suas verdades. Porém, esse processo só ocorre quando são argumentos da ciência moderna contra argumentos da ciência moderna. Quando a ciência confronta outro modelo de conhecimento, sua legitimidade cultural e social a posta para além das limitadas capacidades humanas, convertendo o cientista em um não humano, que é

creditado como uma capacidade de previsão para além de suas possibilidades (LATOURE, 1994). Isso é o que parece ocorrer na resolução que institui o EIA como um estudo caracteristicamente científico, à revelia do conhecimento de atores locais que detêm um destacado saber sobre seus ambientes, como são os pescadores artesanais de Ubú e Parati.

Outro aspecto que envolve o EIA/RIMA é o fato de que o responsável pelo custeio e pela escolha da empresa de consultoria é o proponente e causador do impacto ambiental cujas prováveis consequências serão examinadas. Sendo assim, por raciocínio indutivo, se pode pensar que uma empresa de consultoria que fará pesquisas que inviabilizem a permissão de seus contratantes realizarem as atividades propostas não sobreviveria muito tempo nesse tipo de mercado. No caso do Espírito Santo, algumas das empresas de consultoria que realizam os EIA relativos às atividades da Samarco e da Petrobrás fazem parte do próprio movimento “ES em Ação”.

O IEMA do Espírito Santo é o responsável por fiscalizar as empresas e avaliar os EIA/RIMA, assim como cobrar o cumprimento de compensações e condicionantes advindos desse relatório, ao mesmo tempo em que é um órgão estatal submetido ao governo do Estado. Como já foi exposto até aqui, esse governo estadual é um dos principais idealizadores das atividades impactantes no Estado, o que acaba inviabilizando este órgão de exercer uma função de fiscalização livre de qualquer sanção não oficial nos bastidores.⁵ Além disso, o que também pode estar ocasionando o não cumprimento de suas funções de fiscalizador de maneira coerente com o seu propósito oficial é a falta de estrutura proporcionada aos servidores do órgão, para que seja efetivada esta função.⁶

Esse tópico teve o objetivo de mapear criticamente o que seria o campo dos projetos caracterizados por seus proponentes como de *desenvolvimento*, que são voltados ao território de Ubú e Parati. Para isso, tive que relacionar o local dessas duas comunidades a fatos distanciados de seus territórios, mas que neles exercem influência direta – desde meados dos anos 1970 até os dias de hoje. O mapeamento proposto aqui também tem clara inspiração na interpretação feita por Gustavo Lins Ribeiro, que chama os diversos processos sociais que envolvem os PGEs de “dramas”, por conta da

⁵ Conferir reportagens publicadas no jornal digital chamado “Século Diário”: “Cala a boca” em 28/08/2012 e “Justiça proíbe Iema de renovar licença de terminal da Petrobrás” em 23/08/2013.

⁶ Ver reportagem publicada no jornal digital chamado “Século Diário”: “Servidores do Iema seguem buscando diálogo com o governo, mas não descartam greve” em 04/12/2013. E reportagem publicada no jornal digital “Capixabão”: “Servidores do Iema entram em greve e só retornarão às atividades depois da resposta do governo” em 18/06/2012.

multiplicidade de situações sociais que envolvem os movimentos de instalação e operação desse tipo de iniciativa produtiva.

Considerações finais

Em suma, essa interpretação pode nos sugerir que as iniciativas de implantação de projetos de grande escala, mobilizadas com o intuito de aprimorarem a capacidade de determinados recortes territoriais gerarem dinheiro como finalidade última, são feitas a partir da convergência entre uma maneira característica de se produzir e legitimar a ciência, atores empresariais extremamente empoderados economicamente em comparação a média geral da população que reside nas localidades atingidas por tais iniciativas e atores políticos poderosos (no caso do Espírito Santo parte significativa destes atores tem estreita ligação com a administração pública, do período militar ao governo dos dias de hoje). É dessa fonte poderosa que o desenvolvimentismo adquire sua retórica implacável de único destino possível ao ambiente e ao território onde se apresenta, colocando quem está contra ele como um empecilho para um futuro grandioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BOURDIEU, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. Elos/Ed. Perspectiva, São Paulo. Primeira edição.1979.

BRONZ, Deborah. Pesca e Petróleo na Bacia de Campos – RJ. Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões/ Deborah Bronz – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo. Editora Brasiliense. 1986.

_____. Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária. 4. ed. São Paulo:

Fund.Perseu Abramo, 2001.103 p.

CORRÊA, Josilene Cavalcante. Territorialidades e Resistências da comunidade de pescadores de Ubu e Parati ao polo industrial de Anchieta – ES. Dissertação de mestrado em Geografia. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013

CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar . Est. Econômico. São Paulo, V. 23, N.2, P.185-226, Mai-Ago. 1993

FAORO, Raymudo. Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro – 3ª ed, rev, São Paulo, O Globo, 2001.

_____, Raymundo. A questão nacional a modernização. Estud. av.vol.6, no.14, São

Paulo, Jan./Apr.1992

GOMES, P. C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, São Paulo, 39, p. 48-64, 1996.

_____. Condição Pós Moderna : Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992 [1989].

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos : ensaio de anropologia simétrica { Bruno Latour tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

RAINHA, Jamila. Articulação de interesses entre setor privado e poder público: O movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do estado do Espírito Santo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. 2012

RIBEIRO, Gustavo. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. Revista Novos Estudos, no. 80, Março 2008.

_____. O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. 276p

SANTOS, Milton. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos

Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

SOBRINHO, Sueni da Vitória. Interações entre o regime militar e o desenvolvimento econômico do Espírito Santo (1964-1974). Revista FACEVV | Vila Velha | Número 4 | Jan./Jun. 2010 | p. 100-112

WACQUANT, Loïc. Três etapas de uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. Caderno CRH, Salvador, v 25, n.66, p . 505-518, set/dez. 2012.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996.

SITES, LEIS E JORNAIS:

Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, advindo do EIA Estudo de Impacto Ambiental da atividade de produção de petróleo e gás no bloco bc-10 Bacia de Campos. 2006.

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/10/hotsites/trilha_samarco/videos/1003053-em-anchieta-o-surgimento-de-opportunidades.html Acessado em 18/12/2013 às 8:00

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/04/629543no+caminho+do+desenvolvimento+uma+siderurgica+duas+vilas+e+muita+polemica.html Acessado em 18/12/2013 às 8:10

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/02/noticias/a_gazeta/economia/1122809-desenvolvimento-grandes-projetos-saem-do-papel-e-criam-vagas.html Acessado em 18/12/2013 às 8:20

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/681603-petro-bras+inaugura+unidade+de+tratamento+de+gas+em+anchieta+no+litoral+sul+do+espírito+santo.html
Acessado em 18/12/2013 às 8:30

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/08/noticias/a_gazeta/opiniaio/1353305-um-novo-tempo.html Acessado em 18/12/2013 às 8:40

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/01/noticias/a_gazeta/economia/1082729-apesar-de-gargalos-es-e-um-dos-mais-procurados-por-investidores.html Acessado em 18/12/2013 às 8:50

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/04/noticias/a_gazeta/economia/835314-os-projetos-que-vao-transformar-o-estado.html Acessado em 18/12/2013 às 9:00

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/02/772665desenvolvimento+de+norte+a+sul+do+estado.html Acessado em 18/12/2013 às 9:10

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/04/noticias/a_gazeta/economia/1201409-novo-mapa-portuario-es-ganha-10-terminais.html Acessado em 18/12/2013 às 9:20

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/681603petrobras+inaugura+unidade+de+tratamento+d+e+gas+em+anchieta+no+litoral+sul+do+espírito+santo.html Acessado em 18/12/2013 às 9:30

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/02/noticias/a_gazeta/economia/1122809-desenvolvimento-grandes-projetos-saem-do-papel-e-criam-vagas.html Acessado em 18/12/2013 às 9:40

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/11/noticias/politica/1467456-elcio-alvares-e-o-novo-lider-do-governo-na-assembleia.html Acessado em 18/12/2013 às 9:50